

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.422.904 - AC (2018/0347362-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
AGRAVANTE : ALDENILTON ALMEIDA DE MELO
ADVOGADOS : FRANCISCO SILVANO RODRIGUES SANTIAGO E OUTRO(S)
- AC000777
FABIANO MAFFINI E OUTRO(S) - AC003013
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. ROUBO. AUTORIA. PROVAS. SUFICIÊNCIA. PLEITO ABSOLUTÓRIO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA N.º 7 DO STJ. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. MAIOR GRAVIDADE DO DELITO. FALTA DE ATAQUE A UM DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. SÚMULA N.º 283/STF. RECONHECIMENTO DO ART. 29, § 1.º, DO CÓDIGO PENAL. FALTA DE DELIMITAÇÃO DA CONTROVÉRSIA. SÚMULA N.º 284/STF. ILEGALIDADE FLAGRANTE. NÃO OBSERVÂNCIA DO ENUNCIADO N.º 443 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO. *HABEAS CORPUS* CONCEDIDO, DE OFÍCIO.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por ALDENILTON ALMEIDA DE MELO, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, contra o acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre, na Revisão Criminal n.º 1002056-92.2017.8.01.0000, assim ementado (fls. 108-109):

"REVISÃO CRIMINAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DEFERIMENTO. CONDENAÇÃO CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. PLEITO ABSOLUTÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. AUTORIA E MATERIALIDADE DEVIDAMENTE COMPROVADAS. NEGATIVA DE AUTORIA. TESE ISOLADA. CRIME DE ROUBO. PALAVRA DA VÍTIMA. ESPECIAL RELEVÂNCIA. APLICAÇÃO DA PENA NO MÍNIMO LEGAL. INADMISSIBILIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. REVISÃO CRIMINAL IMPROCEDENTE.

a) Preliminar de inadmissibilidade da revisão criminal afastada porque, conforme julgado da Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, '(...) A simples contratação de advogado particular não impede a concessão do benefício da justiça gratuita. (...)' (TJAC, Câmara Criminal, *Apelação n.º 0008430-41.2017.8.01.0001, Relator Des. Elcio Mendes, j. 29 de novembro de 2017, acórdão n.º 25.468, unânime*).

Superior Tribunal de Justiça

b) Da prova testemunhal produzida nos autos de origem exsurge motivo suficiente à condenação do Revisionando, em especial, porque segundo julgado da Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça '(...) A palavra da vítima, mormente quando corroborada pelo acervo probatório, são provas idôneas e suficientes para embasar um édito condenatório. (-) (Apelação n.º 0002334-15.2014.8.01.0001, Relator Des. Pedro Ranzi, Data de Julgamento: 23/03/2017, acórdão n.º 23.779, unânime)'

c) Para o Supremo Tribunal Federal: 'Não há que se falar em sentença contrária à evidência dos autos, quando esta se apoia em provas existentes nos autos. Contrária à evidência dos autos é a sentença que não se baseia em nenhuma prova existente no processo, que se divorcia de todos os elementos probatórios. A opção por uma das vertentes probatórias insere-se no âmbito do poder discricionário do Magistrado, de decidir de acordo com o seu livre convencimento motivado, afastando a possibilidade de procedência da ação revisional. 2. As provas suscitadas pelo recorrente já foram devida e oportunamente analisadas, sem que novos elementos tenham sido produzidos. Daí porque a sentença condenatória não se afigura contrária à evidência dos autos. 3. Descabe utilizar a Ação de Revisão Criminal como sucedâneo recursal para simples reexame de prova, como evidentemente pretende o requerente. (...) 5. Revisão Criminal julgada improcedente.' (...) (STF – RE: 840260 ES, Relator Min. Luiz Fux, Data de Julgamento: 11/11/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: DJe-231 DIVULG 24-11-2014 PUBLIC 25-11-2014)

d) No caso concreto, inadequado o pedido de redimensionamento da pena de vez que a pena-base aplicada acima do mínimo legal decorre da análise das circunstâncias judiciais nos lindes da discricionariedade do Juízo que atendendo às particularidades do caso, considerou desfavoráveis a culpabilidade, as consequências do crime e o comportamento da vítima.

e) Para a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça: 'Não há e violação ao art. 59 do Código Penal, quando o aumento da pena-base está devidamente fundamentado na presença de circunstâncias judiciais negativas. (...) (STJ - AgRg no HC: 223246 AC 2011/0258392-6, Relatora Ministra Regina Helena Costa, Data de Julgamento: 20/05/2014, T5 - Quinta Turma, Data de Publicação: DJe 26/05/2014).'

f) Embora referindo a acerto do voto minoritário proferido nos autos da apelação n.º 0009466-31.2011,8.01.0001, o Revisionando sequer interpôs Embargos Infringentes, oportunidade recursal para o debate da tese de insuficiência de prova.

g) Revisão criminal julgada improcedente."

Inconformada, a Defesa interpôs recurso especial, alegando violação dos arts. 155, 386, incisos IV, V e VI, 621, I e III, todos do Código de Processo Penal, e arts. 157, § 2.º, incisos I e II, 29, § 1.º, 59 e 68, todos do Código Penal.

Superior Tribunal de Justiça

Requer a absolvição do Agravante, sustentando, em síntese, que as provas produzidas em juízo não são suficientes para fundamentar e manter o decreto condenatório, sendo a condenação contrária à prova dos autos.

Pleiteia, subsidiariamente, que seja reduzida a pena-base ao mínimo legal, afirmando ter sido exacerbada desproporcionalmente.

Foram apresentadas contrarrazões (fls. 186-198). Inadmitido o recurso de origem (fls. 199-200), adveio o presente agravo (fls. 203-205).

O Ministério Público Federal opina pelo conhecimento do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, dar-lhe provimento (fls. 223-225).

É o relatório.

Decido.

Evidenciada a viabilidade do agravo, passa-se à análise das alegações trazidas no recurso especial.

Extrai-se do acórdão recorrido a seguinte fundamentação (fls. 112-116):

"Quanto ao primeiro aspecto, assentei na decisão liminar de pp. 77/79 que, embora a alegada condenação contrária à prova dos autos, exsurge da prova testemunhal produzida nos autos de origem motivo suficiente à condenação do Revisionando e, a propósito, reproduzo excerto do decisum colegiado (acórdão n.º 20.440) no ponto relacionado às testemunhas, a seguir:

[...]

Tocante ao segundo pedido – redimensionamento da pena – inviável aderir à tese de aplicação da pena-base no mínimo legal ante a análise de todas as circunstâncias judiciais nos lindes da discricionariedade do Juízo bem como atendendo às particularidades do caso, não havendo falar na revisão das circunstâncias desfavoráveis consideradas pelo Julgador – culpabilidade, consequências do crime e comportamento da vítima – e, a respeito, colaciono, julgado do Superior Tribunal de Justiça:

[...]

Por derradeiro, embora aludindo a acerto do voto proferido pelo e. Desembargador Francisco Djalma nos autos da apelação n.º 0009466-31.2011.8.01.0001 divergente o Revisionando sequer interpôs Embargos Infringentes, oportunidade para o debate da tese de insuficiência de prova."

Da compreensão dos trechos destacados, verifica-se que o Tribunal *a quo*, após exauriente reexame do delineamento fático, dos elementos informativos e

Superior Tribunal de Justiça

probatórios produzidos nos autos, no carrear da persecução criminal, concluiu pela existência de substrato suficiente a fundamentar a justa causa do decreto condenatório do Recorrente, na forma do art. 157, § 2.º, incisos I e II, do Código Penal.

Logo, a desconstituição do julgado, por suposta negativa de vigência ao art. 386, incisos IV, V, VI, do CPP, embasado na alegação de que não há elementos de provas suficientes para a condenação, o que ensejaria a absolvição do Agravante, não encontra guarida na via eleita, visto que seria necessário a esta Corte o revolvimento do conjunto fático probatório, providência incabível, conforme inteligência do Enunciado n.º 7 da Súmula do STJ.

A propósito:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO MAJORADO. AUTORIA E MATERIALIDADE. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO VERBETE N. 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ. REINCIDÊNCIA. CONFIGURAÇÃO. ART. 64, I, DO CÓDIGO PENAL – CP. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Tribunal a quo, ao apreciar as provas, concluiu pela comprovação da autoria e materialidade delitivas, de modo que entender de forma diversa, como pretendido, demandaria o revolvimento das provas carreadas aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial. Inafastável, assim, a aplicação do enunciado n. 7 da Súmula desta Corte.

2. Nos termos do art. 64, I, do Código Penal – CP, para efeitos de configuração da reincidência, 'não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a 5 anos, computado o período de prova da suspensão ou do livramento condicional, se não ocorrer revogação'. Agravo regimental desprovido." (AREsp 1.252.810/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 20/09/2018, DJe 3/10/2018; sem grifos no original.)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE DA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL POR OCASIÃO DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. PROCURAÇÃO. NOMEAÇÃO JUDICIAL. DESNECESSIDADE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 115/STJ. ROUBO. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. PENA-BASE. CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. VIOLÊNCIA DESNECESSÁRIA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO. AGRAVO CONHECIDO E RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

1. A Terceira Seção desta Corte Superior decidiu, em recente

Superior Tribunal de Justiça

julgado, que A nomeação judicial do Núcleo de Prática Jurídica para patrocinar a defesa do réu dispensa a juntada de procuração, por não haver atuação provocada pelo assistido, mas sim exercício do munus público por determinação judicial, sendo, portanto, afastada a incidência da Súmula 115/STJ.

2. Se as instâncias ordinárias concluíram pela existência de provas seguras quanto à autoria e à materialidade do delito de roubo, rever tal conclusão, a fim de acolher o pleito absolutório, importaria revisão do conjunto fático-probatório dos autos, nos termos da Súmula 7/STJ.

3. Nos termos da orientação jurisprudencial desta Corte, a forma de execução do delito, caracterizada por violência desnecessária, é suficiente para a fixação da pena base acima do mínimo legal. (HC 102.806/SP, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, DJe 22/02/2010).

4. Agravo regimental provido para conhecer do agravo e negar provimento ao recurso especial." (AgRg no AREsp 1.068.117/DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 4/9/2018, DJe 13/9/2018; sem grifos no original.)

Em relação à primeira fase da dosimetria, o acórdão está fundamentado nos seguintes termos (fls. 61-63; sem grifos no original):

"Quanto à culpabilidade, restou comprovada a culpabilidade do réu em grau acentuado, uma vez que bateu nas vítimas e ameaçou matar o filho delas e cortar-lhe a mão e a orelha.

Estas condutas são desarrazoadas para o fim que o acusado se propunha, uma vez que ele já havia se apoderado dos pertences das vítimas, não havendo motivos para tanta violência. Logo, o grau de reprovabilidade que recai sobre a sua conduta é elevado e excede aos limites do tipo penal.

O apelado não é possuidor de maus antecedentes.

Inexistem elementos para aferir a sua conduta social.

Sua personalidade não pode ser analisada pelos elementos constantes nos autos.

O motivo do crime está relacionado ao propósito de obtenção de lucro fácil, que é peculiar ao ocorrido.

No que tange às circunstâncias do crime, exsurge que elas se deram dentro de um contexto que não justificam uma majoração da pena base, notadamente porque ausente condição especial.

As consequências da infração foram graves, tendo em vista que os bens roubados foram parcialmente restituídos. O prejuízo delas foi de aproximadamente cinquenta mil reais.

Por fim, registre-se que o comportamento da vítima em nada contribuiu para o cometimento do delito.

Elas estavam em casa, duas delas ainda dormindo no quarto.

Feita a análise das circunstâncias do artigo 59, do Código

Superior Tribunal de Justiça

Penal, verifica-se que três delas são desfavoráveis ao apelado, razão pela qual fixo a pena base em seis anos e três meses de reclusão."

A Defesa pleiteia a redução da pena-base para o mínimo legal, sob a alegação de que não foi obedecido o princípio da razoabilidade.

Contudo, como se sabe, na primeira fase dosimétrica, fica a critério do Julgador, sob enfoque do art. 59 do Código Penal e do princípio da proporcionalidade, o sopesamento da pena-base e a análise das circunstâncias judiciais, conforme as particularidades do caso concreto. A este Tribunal Superior, cabe apenas o controle da legalidade dos critérios adotados, bem como a correção de frações discrepantes.

In casu, a pena-base foi estabelecida acima do mínimo legal em virtude da maior reprovabilidade do delito (culpabilidade e consequências do crime), posto que o Acusado "bateu nas vítimas e ameaçou matar o filho delas e cortar-lhe a mão e a orelha" e, ainda, os bens roubados ocasionaram um prejuízo de aproximadamente R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Desse modo, mostra-se idônea a fundamentação, baseada em elementos concretos, cuja avaliação das circunstâncias judiciais está situada no campo da discricionariedade do Julgador, e encontra-se proporcional o aumento em 2 (dois) anos e 3 (três) meses, acima do mínimo legal.

A esse respeito:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ESTELIONATO. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. MAIOR GRAVIDADE DO DELITO. ELEMENTOS CONCRETOS. AGRAVO DESPROVIDO.

[...]

2. Na primeira fase da dosimetria da pena, o julgador, fazendo uso de sua discricionariedade juridicamente vinculada, deve considerar as particularidades do caso concreto, à luz do art. 59 do Código Penal – CP e do princípio da proporcionalidade. A esta Corte, cabe apenas o controle da legalidade dos critérios adotados, bem como à correção de frações discrepantes. No caso, a pena-base foi aumentada em razão da maior reprovabilidade do delito (culpabilidade), evidenciada pela estrutura, organização e modo de agir dos pacientes na ação delituosa. Trata-se de fundamentação idônea, baseada em elementos concretos, cuja avaliação está situada no campo da discricionariedade do julgador. Sendo assim, não é possível, sobretudo em habeas corpus, desconsiderar a valoração negativa da circunstância judicial, como pretendem os agravantes.

3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no HC 511.206/SP,

Superior Tribunal de Justiça

Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 15/08/2019, DJe 27/08/2019.)

Outrossim, no tocante à tese de insuficiência de provas, o Tribunal de origem não infirmou o fundamento do acórdão recorrido, no sentido de que a Defesa, "*sequer interpôs Embargos Infringentes, oportunidade para o debate da tese de insuficiência de prova*".

Assim, não comporta conhecimento a súplica, ante o disposto no Enunciado n.º 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, *in verbis*:

Ilustrativamente:

"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADE ABSOLUTA DECORRENTE DE VIOLAÇÃO DO ART. 422 DO CPP. PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE EFETIVO PREJUÍZO. SÚMULA 83/STJ. RECURSO QUE NÃO INFIRMA TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

[...]

2. *A ausência de impugnação específica a um ou mais fundamentos do acórdão impugnado, suficientes por si sós para manter o julgado, atrai a incidência da Súmula 283 do STF, por analogia.*

3. *Agravo regimental improvido.*" (AgInt no AREsp 1.208.397/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 15/05/2018.)

Por fim, não obstante seja suscitada a alegação de ofensa ao art. 29, § 1.º, do Código Penal, não houve o desenvolvimento de tese a esse respeito, o que caracteriza falta de delimitação da controvérsia, atraindo a incidência da Súmula n.º 284 do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO TENTADO. TESES DE VALIDADE DA PROVA ORAL UTILIZADA PELO TRIBUNAL A QUO E DE NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE EXAME DE CORPO DE DELITO. INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO CLARA E OBJETIVA DA ALEGADA VIOLAÇÃO DOS ARTS. 155, 156 E 214 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 284 DO STF. PLEITO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA DELITO DE DISPARO DE ARMA DE FOGO EM VIA PÚBLICA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO VIOLADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 284 DO

Superior Tribunal de Justiça

STF. IMPRONÚNCIA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. As teses de validade da prova oral utilizada pelo Tribunal a quo e de necessidade de realização de exame de corpo de delito não foram objeto do recurso especial e configuram inovação recursal, situação que inviabiliza sua análise neste agravo.

2. **Apesar de apontar violação dos arts. 155, 156 e 214 do Código de Processo Penal, o agravante não expôs, com clareza e objetividade, nenhum argumento que demonstrasse como e em que momento a decisão recorrida teria desrespeitado os mencionados dispositivos legais. Tal situação atrai a incidência da Súmula n. 284 do STF.**

3. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, a ausência de indicação do dispositivo de lei federal supostamente contrariado na instância ordinária caracteriza deficiência na fundamentação, o que dificulta a compreensão da controvérsia, atraindo a incidência da Súmula n. 284 do STF. Precedentes.

4. As instâncias ordinárias, ao pronunciarem o réu, apontaram a existência de indícios da autoria e da materialidade do crime de tentativa de homicídio, o que torna inviável, em recurso especial, a revisão deste entendimento, a teor do enunciado sumular n. 7 do STJ.

5. Agravo regimental não provido." (AgRg no AREsp 1.014.654/BA, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 26/09/2017, DJe de 09/10/2017; sem grifos no original.)

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVOS REGIMENTAIS NOS AGRAVOS EM RECURSO ESPECIAL. SUPRESSÃO DE DOCUMENTOS. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 186, 381 E 386, VII, DO CPP. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. IMPOSSIBILIDADE. OMISSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INEXISTÊNCIA PRETENSÃO ABSOLUTÓRIA. SÚMULA 7 DO STJ. PRECEDENTES.

1. Não tendo a parte recorrente especificado em que consistia a violação pelo acórdão aos arts. 186, 381 e 386, VII, todos do CPP, é de rigor a incidência da Súmula 284 do STF.

2. Ao contrário do alegado, o acórdão recorrido apreciou fundamentadamente a controvérsia, apontando as razões do entendimento ali esposado, não se vislumbrando, na espécie, violação ao art. 619 do CPP.

3. O recurso especial sob análise alberga nítida pretensão absolutória, o que demandaria necessariamente o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, procedimento vedado em recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 desta Corte: 'A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.'

4. Ausência de argumento capaz de alterar as decisões atacadas, devendo ser mantidos os óbices das Súmulas 284 do STF e 7 do STJ.

Superior Tribunal de Justiça

5. *Agravos regimentais desprovidos.*" (AgRg no AgRg no AREsp 368.326/MG, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 17/11/2015, DJe 09/12/2015; sem grifos no original.)

Entretanto, verifico a existência de ilegalidade flagrante, passível de concessão da ordem de *habeas corpus*, de ofício, nos moldes do art. 654, § 2.º, do Código de Processo Penal, a qual passo a expor.

Na hipótese, **verifico o desrespeito à orientação consolidada no Verbete Sumular n.º 443 do Superior Tribunal de Justiça**, pelo qual: "*O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes.*"

Certo é que o aumento acima do mínimo, na terceira fase da dosimetria da pena, deve ser fundamentado com base em dados concretos que justifiquem maior elevação. No caso, assim está calcado o acórdão condenatório (fls. 62-63; sem grifos no original):

"[...]

Terceira fase:

A causa especial de aumento de pena prevista no artigo 157, § 2º, incisos I - emprego de arma de fogo – e II - concurso de pessoas, do Código Penal, é perfeitamente aplicável à hipótese dos autos, pois as vítimas confirmam o uso de um revólver pelos apelados e da participação de três pessoas no crime de roubo, sendo uma não identificada.

Dessa forma, se o artigo 157, § 2º, do Código Penal, prevê cinco causas de aumento e o réu incorre em duas dessas hipóteses, como é o caso dos autos, a pena deve ser elevada em dois quintos. Assim, aumento a pena em dois quintos, passando-a para dez anos, três meses e quinze dias de reclusão."

Todavia, o fato do delito haver sido perpetrado em concurso de agentes, com emprego de arma, sem nenhuma indicação de outro elemento concreto, não é suficiente para majorar a pena acima da fração mínima de 1/3 (um terço).

A propósito, destaco o seguinte julgado:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PENAL. ROUBO MAJORADO. CONDENAÇÃO. DOSIMETRIA. TRÊS MAJORANTES. TERCEIRA FASE DA DOSIMETRIA. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO CONCRETA. UTILIZAÇÃO DE CRITÉRIO MATEMÁTICO (OBJETIVO). IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N.º

Superior Tribunal de Justiça

443/STJ. RECURSO DESPROVIDO.

[...]

2. Na espécie, foi levado em conta tão somente o critério matemático para majorar a pena acima do patamar mínimo na terceira fase da dosimetria da pena, ou seja, em razão da configuração de três causas de aumento (emprego de arma, concurso de agentes e restrição da liberdade das Vítimas). Contrariedade ao entendimento consolidado na Súmula n.º 443 desta Corte Superior de Justiça.

3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no HC 457.666/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 22/02/2019; sem grifos no original.)

Com base nessas premissas, passo ao redimensionamento da pena.

Na primeira etapa, a pena base foi fixada no patamar de 6 (seis) anos e 3 (três) meses de reclusão.

Na segunda fase, devido a presença da agravante da reincidência, a pena intermediária ficou estabelecida em 7 (sete) anos e 15 (quinze) dias de reclusão.

Na terceira etapa dosimétrica, diante das majorantes do concurso de agentes e emprego de arma de fogo, reformo o acórdão impugnado para majorar a pena em 1/3 (um terço), alcançando, **de modo definitivo, 9 (nove) anos e 4 (quatro) meses e 20 (vinte) dias de reclusão**, mantidas as demais cominações impostas pelo Tribunal de origem.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para CONHECER PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Contudo, de ofício, CONCEDO *habeas corpus*, a fim de reduzir a majoração da reprimenda da terceira fase da dosimetria, ficando as penas redimensionadas nos termos da presente decisão, mantidos os demais termos do acórdão recorrido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora